



[boletim imprimível](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

Número 142 - Maio 2009

NOSSA OPINIÃO

- [Teste de campo de árvores geneticamente modificadas: contribuição do governo belga ao Dia Internacional da Diversidade Biológica](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [A floresta Prey Long do Camboja é “equivalente à vida mesma” para as comunidades locais](#)
- [Equador: os conflitos contra a criação de camarões contribuem com a emancipação das mulheres](#)
- [Gabão: Marc ONA ESSANGUI, Prêmio Ambiental Goldman 2009](#)
- [Peru: povos amazônicos, baluartes de resistência](#)
- [Forte protesto contra os planos do WWF de certificar a aqüicultura industrial insustentável](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Austrália: preocupação pelas plantações varrida para debaixo do tapete pelo movimento ambiental](#)
- [Camboja: indígenas enfrentam um império da borracha](#)
- [Chile: oposição a subsídios governamentais para expansão de monoculturas de árvores](#)
- [China: plantações de eucaliptos – Da Finlândia, com conflito](#)
- [Costa Rica: aumenta a subvenção do estado às plantações de monoculturas](#)
- [Guatemala: impactos ecológicos e sociais das plantações de dendezeiros](#)
- [Novo vídeo em linha sobre plantações madeireiras na África do Sul](#)

NOSSA OPINIÃO

- Teste de campo de árvores geneticamente modificadas: contribuição do governo belga ao Dia Internacional da Diversidade Biológica

Em 6 de maio, a Ministra da Ciência e a Inovação de Flandres (Bélgica) Patricia Ceysens plantou uma árvore. Não há nada estranho nisso, logicamente. O que era inusual sobre esse tipo de cerimônia “verde” era que essa não era uma árvore comum. Era de fato o primeiro choupo geneticamente modificado a ser plantado em um teste de campo aberto pelo Instituto de Flandres para a Biotecnologia (VIB), a ser seguido pela plantação de 119 choupos GM mais nos seguintes dias no mesmo lugar.

A presença da ministra não foi uma surpresa, já que o VIB é financiado pelo governo flamengo, mas sua participação ativa neste tipo particular de atividade de plantação de árvores pode também ser percebida como uma declaração política contra funcionários do governo que se opunham a esse tipo de teste de campo, contra organizações como Nature & Progrès Belgique e Greenpeace Bélgica e também contra a maioria

do público em geral na Bélgica que tinha exprimido opiniões negativas sobre ele (uma das razões fornecidas para a rejeição inicial do teste por dois ministros federais foi que “a consulta pública é muito negativa”).

Por que o VIB recebeu esse tipo de apoio político? Qual a importância desse teste de campo? Qual o objetivo dessa pesquisa?

Para responder essas perguntas é necessário em primeiro lugar explicar que esses choupos têm sido manipulados geneticamente para que sua madeira tenha 20% menos lignina e 17% mais celulose. Considerando que a lignina é o material que liga as fibras de celulose e dá fortaleza às árvores, essa modificação parece não fazer sentido desde uma perspectiva biológica.

No entanto, faz muito sentido da perspectiva das corporações e do lucro. E disso se trata esse teste: lucros futuros. Além da própria indústria da biotecnologia –da que o VIB faz parte- este teste objetiva beneficiar dois atores principais: a indústria da celulose e do papel e a indústria energética.

A respeito do primeiro ator, a madeira com maiores níveis de celulose e menores níveis de lignina resultarão em matéria-prima mais barata, porque o mesmo volume de madeira conterá 17% mais celulose, que é a parte da madeira utilizada na produção de pasta. Ao mesmo tempo, 20% menos lignina significará um processo de branqueamento mais barato, já que a lignina causa o amarelecimento do papel e qualquer lignina remanescente deve ser branqueada. Portanto, menos lignina significa menores custos com branqueamento.

O segundo ator –a indústria energética- parece ser ainda mais favorecida por esta pesquisa. Não foi por acaso que o VIB recebeu 1,6 milhões de dólares do “American Global Climate and Energy Project” (Projeto Norte-americano de Clima e Energia Globais), gerido pela Universidade de Stanford, para mais pesquisa. O objetivo principal dessas árvores é servir como matéria-prima para etanol celulósico, que é produzido a partir da celulose contida na madeira. Aqui de novo o que importa é o conteúdo de celulose –mais celulose, etanol mais barato. De acordo com a mídia belga, essas árvores produzirão 50% mais etanol que os choupos normais.

O VIB e o Conselho de Biossegurança Belga prometerão logicamente que esse teste será limitado e que nenhum pólen poluirá os choupos nativos próximos. E isso provavelmente seja verdade. No entanto, deve salientar-se que este teste não é um exercício acadêmico científico, mas um primeiro passo para o objetivo óbvio: a plantação comercial –na Bélgica e em outros lugares- de choupos GM para a produção em grande escala de etanol celulósico e pasta para papel. E isso seria um desastre ambiental.

O choupo é uma espécie comum no mundo inteiro e particularmente na Europa, onde muitas pessoas o cultivam com fins comerciais. Os choupos têm a peculiaridade de hibridizar-se bem facilmente. Isso significa que o pólen de uma espécie pode fertilizar as flores de uma espécie diferente, resultando em árvores híbridas que compartilham qualidades das duas espécies. Esse é um fato bem conhecido e os florestais o tem usado para produzir muitos híbridos, cruzando diferentes espécies e até cruzando

choupos europeus com americanos. Se os choupos GM fossem estabelecidos em plantações comerciais, a contaminação de pólen de choupos GM viraria inevitável. A madeira dos descendentes dos choupos poluídos conteria muito menos lignina que a espécie natural original e portanto seriam mais facilmente destruídos por tormentas e suscetíveis a ataques de pestes, justamente por causa de seu baixo conteúdo de lignina. Em decorrência disso, os ecossistemas de floresta inteiros sofreriam os impactos.

Para piorar a situação, enormes áreas de terras produtoras de alimentos seriam invadidas –no Norte e no Sul- por plantações de choupos GM em grande escala para alimentar o negócio do etanol ecológico ou o negócio do papel e da celulose ou os dois.

Em resumo, a Ministra Ceysens não plantou uma simples árvore. O que plantou foi uma das maiores ameaças já enfrentadas pela biodiversidade das florestas, encoberta sob a etiqueta de “ciência e inovação”. O que plantou é um símbolo de controle corporativo da natureza e um primeiro passo para o desastre ambiental. Provavelmente ela obteve uma rodada de aplausos dos funcionários do VIB e seus sócios corporativos. Bem merecidos, sem dúvidas, por seus esforços.

No entanto, deve lembrar-se ao governo belga seus compromissos como parte da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, que neste mesmo mês (22 de maio), comemora o Dia Internacional da Diversidade Biológica, sendo o tema deste ano justamente “Espécies Forâneas Invasivas”. Plantar choupos GM é às claras uma tapa no rosto tanto para os objetivos da convenção quanto para o tema deste ano. Que pode ser mais forâneo que um choupo GM, que pode ser mais invasivo que isso, e que pode ser mais efetivo para destruir a diversidade biológica?

* por mais informação ver <http://www.wrm.org.uy/temas/AGM/Belgica.html> e ver também <http://www.wrm.org.uy/temas/biotecnologia.html>).

[início](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- A floresta Prey Long do Camboja é “equivalente à vida mesma” para as comunidades locais

Prey Long é a maior área de floresta sempre verde de planície intacta remanescente no sueste da Ásia. Cobre uma área de aproximadamente 3.600 quilômetros quadrados no norte do Camboja. O nome, “Prey Long”, significa “Nossa Floresta” na língua dos indígenas Kuy que vivem lá. Elefantes, tigres, ursos, bisontes e bantengues vagam na floresta. Os gritos do gibão-de-crista podem ser ouvidos. Calaus, víboras, javalis e raros crocodilos, tartarugas, lontras e rãs vivem na floresta. Árvores dipterocarpáceas elevam-se por cima do dossel da floresta e algumas delas atingem os 45 metros de altura.

Mas Prey Long está ameaçada. Os planos propostos incluem dúzias de minas, plantações, barragens, linhas elétricas e caminhos. Está acontecendo a derruba ilegal.

Se os planos prosperarem, Prey Long viraria uma área industrial. Os meios de vida de até 700.000 predominantemente povos indígenas que vivem em e ao redor da floresta estão em risco.

Um próximo vídeo documentário, “One Forest, One Future” (Uma floresta, um futuro), por Ben e Jocelyn Pederick, apresenta entrevistas com alguns povoadores locais de Prey Long. “Os Kuy têm sido custódios desta terra desde a época de nossos ancestrais”, diz Serey Thae. O vídeo mostra como as pessoas usam e protegem a floresta. “Todas as grandes árvores têm espíritos que lhes pertencem. Ninguém corta essas árvores,” diz Srey Hong. “Se o fizerem, morreriam.”

As ameaças a Prey Long fazem parte da terceira fase da venda pelo governo da terra, florestas e recursos do país a preço de banana. Fase um: concessões madeireiras. Na década de 90, o governo entregou grandes áreas de floresta do Camboja para companhias madeireiras. O resultado foi uma devastação em grande escala das florestas. Desde 2002, tem havido uma moratória às concessões madeireiras.

Fase dois: concessões econômicas de terras. Muitas dessas concessões incluíram florestas, que as companhias cortam rentes. A Tumring Rubber Plantation (plantação de seringueiras de Tumring) no sul de Prey Long é um exemplo disso. Em um relatório de 2007, Global Witness documentou a forma na que a plantação forneceu a base para a atividade madeireira ilegal em grande escala de Prey Long pela companhia Seng Kean, que é muito próxima do governo.

Fase três: concessões de exploração, uso e desenvolvimento. O fato de que não estão cobertas pela lei de terras do Camboja, não evita que o governo entregue concessões a companhias mineradoras, às vezes cobrindo centenas de quilômetros quadrados. Em alguns casos, não existem licenças de exploração nem exploração na área da concessão. Global Witness achou que se perderam milhões de dólares em pagamento de várias concessões.

Das muitas concessões mineiras em e ao redor de Prey Long, a maior pertence à Kenertec, uma companhia sul-coreana que se descreve a si mesma como “A líder da indústria energética ambiental no século 21”. Em 2008, a Kenertec assumiu o controle de 85 por cento de uma mina de minério de ferro no Distrito Rovieng, na fronteira norte da floresta de Prey Long. A mina estava antigamente sob o controle da China National Machinery & Equipment Import & Export Corporation (uma companhia chinesa do estado), a Pheapimex (uma das companhias mais poderosas do Camboja, responsável dos extremamente destruidores projetos madeireiros e de plantação que cobrem vastas áreas das florestas do Camboja) e a Rattanak Stone Cambodia Development Company (que está controlada pelo Comandante em Chefe do Exército Cambojano, Pol Saroeun). O sítio da mina está protegido por soldados, empregados pela Kenertec.

A Kenertec também possui os direitos de exploração de oito sítios no Camboja, que cobrem uma área total de 1520 quilômetros quadrados, de acordo com a companhia. A Kenertec planeja extrair cobre, chumbo, zinco, ferro, manganês, sílica e jóias. A concessão está para o norte de Prey Long e se superpõe com uma grande área da floresta.

A Kenertec também possui 60.000 hectares de concessões econômicas de terras que cobrem o que chama de “matagais”. A Kenertec planeja plantar seringueiras, mandioca e jatrofa. Também está planejada uma central de energia de biomassa. A área da concessão é seis vezes a área permitida de acordo com a lei de terras do Camboja.

“Nosso povo está preocupado”, disse Ru Lark, um povoador de Stung Treng aos autores do vídeo Ben e Jocelyn Pederick. “Quantos anos restam da floresta? Por quanto tempo poderá sobreviver Prey Long?” Serey Thae leva a equipe do filme para a floresta. “Aqui está a evidência”, diz, apontando”. “Árvores de 130 cm de diâmetro estão sendo sendo cortadas. E depois têm sido queimadas. Da montanha até as planícies, as árvores têm sido derrubadas.”

O Dr. Andrew McDonald da Universidade de Texas tem estado estudando as florestas tropicais da Ásia por 15 anos e está extremamente preocupado por Prey Long. Em um artigo no Phnom Penh Post no ano passado, apontou que há apenas uma publicação científica detalhada sobre as florestas tropicais de planícies no Camboja. Esse estudo considerou uma área de floresta perto de Sihanoukville no sul do país. Hoje a floresta acabou, e foi substituída por uma plantação de monocultura de acácias.

Prey Long, a mais importante área remanescente de floresta tropical de planície poderia enfrentar um destino similar.

Em 2008, Global Witness entrevistou um empregado da Kenertec. Ele falou sobre o potencial do Camboja como oportunidade de investimento. “Vejo dinheiro em todo lugar” disse ele. “Nas árvores, na terra, em todo lugar!” O contraste com a visão dos povoadores da floresta não poderia ser mais extremo. “Todo o que precisamos provém da floresta” explica En Nam, povoador da província de Kampong Thom. “Não é possível dar um valor à floresta. É equivalente à própria vida.”

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

– Equador: os conflitos contra a criação de camarões contribuem com a emancipação das mulheres

Em Muisne, sobre a costa noroeste do Equador, as populações têm desenvolvido um estilo de vida adaptado ao ecossistema do mangue, baseado na pesca e na coleta de moluscos e caranguejos. No entanto, seus meios de subsistência foram ameaçados na década de 80, quando a criação de camarões começou a expandir-se na região (Boletim nº 51 do WRM, outubro de 2001).

Até a década de 60, os mangues eram considerados pântanos inúteis e sem qualquer valor pelo governo, que deixava as populações locais realizar neles suas atividades tradicionais, como a caça, a pesca e a coleta de plantas silvestres destinadas à alimentação, a farmacopéia e a construção. Os mangues eram na época, e ainda são, terras públicas pertencentes ao Estado, manejadas de forma comunitária em nível

local. Nesse contexto, a destruição dos mangues pela indústria camaroneira e a privatização dessas áreas foram realizadas de forma ilegal. Os camaroneiros açambarcaram as terras para sua própria vantagem e o governo outorgou às vezes concessões com base em relatórios falsos (Boletim nº 14 do WRM, agosto de 1998; nº 21, março-junho de 1991; nº 36, julho de 2000).

Em decorrência disso, a partir de 1989, as populações se organizaram contra a destruição e a privatização dos mangues e exigiram o reconhecimento de seus direitos históricos de uso desse ecossistema. Em Muisne foi constituído um primeiro grupo que, em 1991, se transformou na *Fundación de Defensa Ecológica* (FUNDECOL). Mais adiante, o conflito se estendeu para o cantão todo e se transformou em um movimento social mantido pelas comunidades dos mangues e, em particular, pelas *concheras* (concheiras), mulheres que coletam as *conchas* e outros moluscos do mangue.

O movimento se ampliou em virtude da criação de “grupos de usuários” nas diferentes aldeias do cantão. Esses grupos começaram a denunciar a derruba ilegal dos mangues perante FUNDECOL, que transferia depois as denúncias para a administração. Assim se constituiu uma rede de vigilância eficaz, que em 20 anos chegou a apresentar um milhar de denúncias e atingiu em 2003 um sucesso importante: a criação de uma reserva de mangues de 5.000 hectares, administrada por FUNDECOL e os grupos de usuários. Lamentavelmente já tinha sido perdido entre 60% e 90% da área do mangue. No entanto, FUNDECOL e os grupos de usuários já tinham começado o reflorestamento, bem como outras atividades endereçadas a promover a renascença da cultura local: concursos de cozinha com base em produtos do mangue, pinturas murais que explicavam a luta, criação de grupos de música e poesia, cursos de alfabetização, etc.

Vários membros compuseram canções, como Tania Bone Cagua, habitante da aldeia de Bolívar, onde se formou um grupo de *concheiras* decididas a lutar para proteger seus meios de vida e seu entorno. Essas mulheres alimentam suas famílias e ganham um pouco de dinheiro coletando moluscos, principalmente *conchas*. Tania aprendeu a ler e escrever graças aos cursos de alfabetização de FUNDECOL; a capacidade de expressar-se por escrito e de animar-se a falar em público aparece entre as principais aptidões que adquiriu em virtude da luta, portanto está muito agradecida. Escreveu várias canções militantes, das que anexamos três: “*Tristeza del manglar*” (Tristeza do mangue), “*Conchera soy*” (Concheira sou), e “*Benditos camaroneiros*” (Benditos camaroneiros).

As mulheres de Bolívar explicam que tiveram que enfrentar-se simultaneamente a dois problemas: a criação de camarões e a dominação masculina. Efetivamente, durante a mobilização que surgiu para proteger os mangues, as mulheres da aldeia estiveram mais ativas que os homens. Começaram a empreender ações no âmbito público, geralmente reservadas para os homens, como deixar sua casa e suas tarefas habituais para ir às passeatas, reuniões, atividades de reflorestamento ou percorrer muitos quilômetros para denunciar perante as autoridades o desmatamento ilegal de mangues pelos produtores de camarões. Esse fenômeno fez com que surgissem numerosos casos de violência doméstica, já que os maridos costumavam opor-se a essas atividades. No entanto, o grupo e os objetivos da luta deram às mulheres o

apoio necessário para questionar e renegociar em seu favor as relações de poder. Agora são elas as que “sabem”, as que conhecem o ecossistema do mangue, as que lutaram com sucesso para protegê-lo. Isso lhes confere uma considerável autonomia material e simbólica.

Citamos a seguir alguns extratos das três canções de Tania Bone Cagua. (disponíveis na Internet: <http://www.wrm.org.uy/paises/Ecuador/Canciones.html>)

Tristeza do mangue

*Que triste tem sido viver sem os mangues
Que os camaroneiros quiseram derrubar
E agora só resta para todas as concheiras
Lutar, lutar e voltar a reflorestar*

Concheira sou, fala da condição desvalorizada das concheiras, já que a coleta de mariscos é um trabalho de mulheres pobres.

*E então, que querem, que querem que eu faça?
Que esteja alegre como em dia de festa
Enquanto os mangues estão acabando?
Querem que eu ria?
Que o riso alargue minha cara como tola?
Se até os governos negociaram os mangues.
Concheira sou e não sintam dó de mim.*

Benditos camaroneiros

*No mundo o mais bonito que me aconteceu
Foi olhar um grupo de mulheres lutando pelos mangues
E dizem que são machistas, mas olhem que não é verdade
Defendemos o ecossistema porque nele achamos espécies
Nele achamos a concha, sustentação para viver
Também achamos caranguejos, “tasquero” e “churo piacuil”*

Apesar de que os povoadores do mangue têm lutado durante todos estes anos, no outono de 2008, o governo de Correa legalizou a privatização ilegal dos mangues realizada pelos produtores de camarões, ratificando seus direitos através de um ato jurídico. Dois governos anteriores já tinham tentado legalizar a indústria camaroneira no Equador, mas o movimento social organizado pelas associações de defesa dos mangues tinham freado o processo. Neste outono, FUNDECOL e os grupos de usuários também organizaram grandes passeatas em várias cidades, inclusive em Quito, para protestar contra essa lei que socava para sempre suas possibilidades de reivindicar os mangues. No entanto, o governo não tem qualquer intenção de mudar sua decisão nem de permitir aos povoadores locais administrar coletivamente as áreas de mangues. Assim, a política do governo de Correa se enquadra na linha convencional da economia de exportação baseada no saqueio dos recursos naturais, sem ocupar-se com a utilização sustentável desses recursos nem a promoção da segurança e a soberania alimentares, já que 95% da produção de camarões é

destinada à exportação. Desse jeito, são os países ocidentais os que se beneficiam com esse alimento de luxo, enquanto que os impactos ecológicos e sociais ficam localizados no país produtor e são assumidos principalmente pela população pobre. No mesmo sentido, o governo atual promove também as plantações industriais de árvores e os grandes projetos de mineração a céu aberto, contra a vontade popular representada principalmente pela *Asamblea Nacional Ambiental* (ANA).

Sandra Veuthey, e-mail: Sandra.Veuthey@campus.uab.es. Artigo baseado em observações de campo realizadas pela autora.

[início](#)

- Gabão: Marc ONA ESSANGUI, Prêmio Ambiental Goldman 2009

Na segunda-feira 20 de abril de 2009, Marc ONA ESSANGUI recebeu, em São Francisco (Estados Unidos), o Prêmio Ambiental Goldman, um prestigioso reconhecimento internacional que premia aqueles que correm riscos importantes para protegerem o meio ambiente e as comunidades de seus países.

Membro fundador e secretário executivo da Brainforest, uma organização não governamental ecologista de primeiro nível fundada no Gabão em 1998, Marc ONA foi um dos seis galardoados com este prêmio que, a cada ano, homenageia os defensores do meio ambiente originários do mundo inteiro. No caso de Marc ONA, o Prêmio Goldman 2009 recompensa principalmente suas ações para proteger e preservar o Parque Nacional do Ivindo, localizado no nordeste do Gabão, contra o polêmico projeto de exploração das jazidas de ferro de Belinga, que põe em dúvida os compromissos do país em questões de proteção do meio ambiente.

O Parque Nacional do Ivindo está localizado na floresta tropical da bacia do Congo e é segundo em importância depois da floresta amazônica. Com o apoio de outros membros da sociedade civil gabonense, Marc Ona levou adiante uma intensa campanha para informar, tanto os cidadãos do país quanto a comunidade internacional, sobre as consequências sociais e ambientais que tal projeto poderia gerar, e para exigir ao governo que fizesse todos os estudos de impacto social e ambiental necessários.

Marc Ona também lidera os esforços realizados para que a sociedade civil ganhe consciência da necessidade de uma gestão transparente e responsável da receita proveniente do setor mineiro. É coordenador nacional da coalizão “Publique o que você paga” (PWYP- Gabão), que luta por uma maior transparência nas negociações do governo com um consórcio mineiro chinês sobre a jazida de ferro de Belinga.

No tocante à construção de uma barragem hidrelétrica associada ao projeto de Belinga, “pensamos que, entre os motivos para protegermos o parque do Ivindo, estão também as quedas d’água de Kongou (no nordeste), que fazem parte do patrimônio nacional”, disse Marc Ona à Agência Panafricana de Imprensa. A esse respeito, a Brainforest lançou uma petição internacional, principalmente através de seu site na Internet, para salvar as cachoeiras mais belas da África Central.

Entre as inúmeras batalhas travadas pelo infatigável secretário executivo da Brainforest devemos também mencionar sua feroz oposição à construção de um aeroporto no norte de Libreville, na floresta Mondah, declarada de interesse nacional. Em efeito, sob a direção de Marc Ona, a Plataforma Ambiental do Gabão, que reúne uma vintena de ONGs ecologistas, mobilizou-se para denunciar as conseqüências ecológicas que acarretaria a realização de um projeto que coloca em risco o parque ornitológico de Akanda, uma genuína área de descanso das aves migratórias.

No mesmo sentido, também podemos citar a mobilização das ONGs gabonenses, com a Brainforest à frente, para censurar severamente o comportamento do grupo francês AREVA a respeito da falta de reabilitação dos locais usados pela COMUF, uma empresa que explorava as jazidas de urânio do sul do Gabão e que agora está sendo acusada pelas comunidades da região de múltiplos casos de poluição e de problemas de saúde.

Marc Ona é membro ativo do comitê misto (“Grupo de Interesse”) que toma conta da implementação no Gabão da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). A ITIE é um empreendimento internacional que promove uma maior transparência dos setores da mineração, gás e petróleo e que implica a cooperação e o diálogo entre os governos, as empresas e a sociedade civil. O Gabão juntou-se a tal iniciativa em 2004.

Pela ONG Brainforest: Gualbert Phal MEZUI NDONG, Responsável de Comunicações e Relações Exteriores, e Protet Judicaël ESSONO ONDO, Coordenador de Programas.

[início](#)

- Peru: povos amazônicos, baluartes de resistência

No passado dia 9 de abril, as comunidades amazônicas do Peru iniciaram o que denominam como “greve indefinida” em toda a Amazônia peruana, em resposta ao descumprimento do Congresso da República de revisar os seis decretos considerados lesivos para os povos indígenas. Trata-se dos decretos emitidos pelo Executivo no contexto da implementação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e que supõem a imposição de indústrias destrutivas para a Amazônia e seus habitantes, tais como a mineração, a exploração petrolífera e o reflorestamento.

A Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) considerou que os decretos atentam contra os direitos dos povos indígenas amazônicos, ao tempo que o Congresso da República aprovou o Relatório de uma Comissão Especial que propõe a derrogação de alguns deles.

A gravidade da ameaça que implica pôr a Amazônia “à venda” fica refletida em um dos exemplos que cita o especialista Roger Rumrill: “O lote petrolífero N°76, de um milhão e meio de hectares, instalará 18 linhas sísmicas, construirá 166 heliportos, abrirá 1944 áreas de descarga e instalará 166 acampamentos. Esse lote engole completamente a Reserva Comunal Amarakaire e operará nas áreas de amortecimento dos Parques Nacionais do Manu, Bahuaja-Sonene e na Reserva Tambopata-Candamo.

Isso significa que afetará seriamente uma das regiões de maior biodiversidade do planeta.” Apesar dos protestos, o presidente Alan García autorizou o investimento de 2 bilhões de dólares em atividades petrolíferas por parte da empresa Perenco no lote 67, localizado em Loreto.

O protesto na Amazônia começou em julho do ano passado (vide Boletim Nº132 do WRM), mesmo que posteriormente tenha sido suspenso porque o Congresso da República tinha se comprometido a dar atenção à reclamação. No entanto, como declarado por dirigentes da AIDSESP, “longe de cumprir a promessa, o poder legislativo promulgou a Lei 29317 que altera e incorpora diversos artigos ao decreto 1090, conhecido como Lei Florestal e de Fauna Silvestre”. Foi por isso que as mobilizações foram reiniciadas.

Em comunicação direta, a organização Grufides nos informa que, “os conflitos sócio-ambientais vêm crescendo no país. Em Cajamarca, a mineração é fonte de inúmeros conflitos que vêm se tomando cada vez mais violentos devido à impunidade doante das condutas daqueles que exercem o poder. Centenas de camponeses podem ver afetadas suas águas como acontece com os camponeses do canal Quilish em Porcón- além de ser denunciados e penalizados-, enquanto a empresa mineradora responsável fica na impunidade total. Em Choropampa, San Juan e Magdalena, milhares de camponeses foram contaminados com mercúrio e até hoje reclamam soluções sanitárias que não chegam nem por parte do Estado nem da empresa que causou o gravíssimo acidente. Na província de San Marcos, dois professores, um conselheiro regional e sete camponeses poderiam ser encarcerados nos próximos dias por terem protestado contra uma empresa mineradora brasileira que inclusive contratou criminosos para ameaçar os líderes ronderos (camponeses organizados). As leis ameaçam os camponeses que defendem seus direitos, enquanto os responsáveis pelas empresas ficam na total impunidade e são apoiados pelas autoridades de todos os níveis de governo. Nestas últimas semanas está se desenvolvendo a maior greve amazônica da história do Peru”.

Segundo informações do Servindi, “indígenas kichuas e arabela bloquearam a passagem de embarcações pelos rios Napo e Curaray em protesto ao descumprimento da ata assinada com autoridades e a empresa petroleira Repsol”. (6) Também a AIDSESP vêm informando sobre as diversas mobilizações de centenas de indígenas, camponeses e membros da sociedade civil provenientes de diferentes locais da região: das bacias dos rios Santiago, Cenepa e Santa Maria de Nieva, fizeram uma passeata para protestar contra as mineradoras e petroleiras que querem apropriar-se de seus territórios. O quilômetro 46 da rodovia que une Yurimaguas e Tarapoto foi bloqueado com troncos e pedras. Os moradores das comunidades nativas da região San Martín bloquearam o quilômetro 5 da rodovia Fernando Belaunde Terry, no setor Maronilla. No Alto Amazonas, sete mil camponeses e indígenas das etnias Shawi, Cocama, Cocamilla tomaram o porto “El Vado” de Yurimaguas, bloqueando o comércio, o transporte terrestre e fluvial. Em Bagua, a rodovia que une com o distrito de Santa Maria de Nieva foi bloqueada por meia centena de veículos. Os nativos da etnia Asháninka tomaram o aeroporto de Atalaya, em Ucayali. Os povos indígenas machiguengas do Baixo e Alto Urubamba agrupados na COMARU bloquearam a passagem do trânsito veicular e a passagem fluvial para o Baixo Urubamba. A sede da sub-região de Santa Clotilde, capital distrital do Napo, foi

tomada pelos indígenas Kichuas e Arabelas, com o apoio de vários bairros e a população de Santa Clotilde, localizada no meio Napo. Este rio também foi bloqueado nas partes alta e baixa, dificultando ainda mais o trânsito das embarcações fluviais que fazem o itinerário Iquitos e a fronteira com o Equador. Centenas de indígenas awajún e wampis marcharam até a Estação N° 5 e 6 da Petroperu - que faz parte do oleoduto Nor- Peruano- e se posicionaram no local. Na Praça de Armas de Jaén, a população da cidade de Baguá iniciou sua vigília de protestos contra a política governamental de García. Os povos Kichwas do Alto Putumayo, fronteira com a Colômbia, também se uniram à greve amazônica, e as comunidades andinas iniciaram jornadas de protesto em apoio aos irmãos amazônicos. (7)

Contudo, as reclamações dos povos amazônicos foram ignoradas pelo governo, e a maior parte da mídia não informa o que realmente está acontecendo. Desde o dia 9 de maio o governo dispôs o estado de emergência em quase todo o território amazônico, o que permite vulnerações de direitos humanos d@s cidadãos amazônic@s que lutam para defenderem suas vidas da ameaça causada pelo avanço descontrolado das empresas petroleiras, mineradoras, de gás e florestais.

No dia 10 de maio, o presidente Alan Garcia ordenou a repressão dos nativos awajun e wampis que protestavam na ponte de Corral Quemado em Bagua Grande, na Amazônia. Foram despejados à força de bombas lacrimogêneas, pancadas e balas. O saldo foi de dez pessoas feridas, dois delas de gravidade, sete presas e várias desaparecidas. Foram fechadas pequenas emissoras de rádio da região amazônica. A Marinha de Guerra arremeteu contra as frágeis canoas dos nativos que tinham colocado um cabo sobre o rio para impedirem que as embarcações petroleiras navegassem nele.

Organizações indígenas, camponesas e agrárias de todo o país anunciaram que radicalizariam as medidas “até conseguir a derrogação dos Decretos Legislativos 994, 1064, 1020, 1080, 1081, 1083, 1089, 1060, 995 e a Lei de Recursos Hídricos”. “Apesar de estas normas terem sido declaradas inconstitucionais tanto pelo Tribunal Constitucional (TC) quanto pela Comissão Multipartidária do Congresso, não existe a vontade política de derogá-las”, declararam organizações indígenas participantes do Encontro Nacional Andino Amazônico, preparatório da IV Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas do Abya Yala, que será celebrada neste mês em Puno.

Convocaram as comunidades indígenas de todo o país a acatar o “Levantamento Nacional” que será realizado a partir do dia 7 de julho como medida de protesto.

O testemunho de outro amigo peruano, cuja identidade preservamos, reflete o que estão vivenciando: “Sou dirigente nesta greve e fui ameaçado de morte. Isso não importa, se é preciso perder a vida por meus irmãos, meus filhos e o mundo, que assim seja. Necessitamos que o mundo conheça nossas lutas. Dêem-nos a mão para podermos salvar o planeta. Não temos o apoio econômico de ninguém, fazemos o que podemos. Nossos irmãos Shawis, Aguarunas e Wambiasas, não desmaiaremos; se necessário sacrificaremos nossas vidas por defendermos nossas terras e nossas florestas. Eis aqui, amigos, nossas vozes para o mundo. Muito agradecidos em nome de nossa mãe natureza”.

- (1) “Peru: FIDH insta derrogar DL que atentam contra a Amazônia”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/11439>
- (2) “Peru: Congresso aprova Relatório que derroga decretos legislativos”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/11357>
- (3) “Peru: Estado de emergência contra os povos indígenas amazônicos”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/opinion/11436>
- (4) “Peru: García autorizou investimento de Perenco por \$2 mil milhões em Loreto”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/11155>
- (5) “Peru: AIDSESEP e Executivo criam Mesa de Diálogo para atender demandas de indígenas amazônicos”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/10713>
- (6) Informação de AIDSESEP, <http://www.aidesep.org.pe>
- (7) “Peru: Amazônicos iniciam greve indefinida por descumprimento do Congresso”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/10257>
- (8) “Peru: Andinos e amazônicos chegam ao acordo de radicalizar protesto”, Servindi, <http://www.servindi.org/actualidad/11414>

início

- Forte protesto contra os planos do WWF de certificar a aqüicultura industrial insustentável

O rápido aumento na demanda global de camarões e salmão cultivado baratos, tem causado vasta degradação das zonas úmidas de mangues e outros ecossistemas costeiros e decorrentes perdas na biodiversidade. Essas perdas também têm destruído meios de vida entre as comunidades locais e povos indígenas em várias nações do Sul global.

Sem mudar o padrão de consumo-comercialização-consumo, o World Wildlife Fund (WWF) planeja criar um órgão de certificação para a produção industrial de camarões e salmão, que somente “esverdearia” a aqüicultura industrial insustentável.

Mais de 70 grupos de direitos humanos e ambientais do mundo inteiro têm exprimido sua indignação a respeito do lançamento planejado do Conselho de Manejo Aqüícola do World Wildlife Fund, em uma carta enviada hoje aos principais membros do WWF, que é transcrita a seguir:

“Carta ao WWF de 70 Redes de ONG Internacionais, Organizações e Pessoas que se Opõem à Formação do Conselho de Manejo Aqüícola

Os que subscrevem, organizações não governamentais (ONGs) e pessoas do mundo inteiro estão profundamente preocupadas pelas intenções do World Wildlife Fund (WWF) de formar o Conselho de Manejo Aqüícola (ASC). A forte oposição a esse último entre muitas iniciativas de certificação recentes se baseia em nossos anos de experiência coletiva no trabalho para contra-arrestar os efeitos negativos da aqüicultura industrial de camarões, salmão e outras espécies marinas carnívoras de peixes. Vemos o ASC como mais outra tentativa de uma Grande ONG Internacional de formular alguns planos mal concebidos para remediar os problemas da aqüicultura industrial insustentável. Esses tipos de recursos imperfeitos não envolvem as comunidades locais e movimentos populares no processo de definir os passos a serem dados,

excluindo assim as pessoas mais atingidas por esses assaltos contínuos das indústrias à saúde dos oceanos e à integridade costeira.

As tentativas atuais pelo WWF e outros pretendidos certificadores não são apoiadas pelas comunidades locais e povos indígenas, a rede global de ONGs, os acadêmicos e os cidadãos que ainda estão exigindo uma moratória à maior expansão dessas indústrias socialmente perturbadoras e ecologicamente destrutivas.

Tendo ganhado um melhor entendimento do mecanismo proposto para desenvolver standards globais para a aqüicultura industrial, nós, ONGs e representantes de redes regionais de ONG e organizações da Ásia, América Latina, África, Europa e América do Norte devemos continuar adotando uma forte posição contra esses diferentes esquemas de certificação. Achamos que essas tentativas de certificação são guiadas por financiadores e pela indústria e não permitem que a maioria dos atores envolvidos –comunidades locais e povos indígenas- contribuam significativamente neste chamado processo de “diálogo” e estabelecimento de padrões.

Os padrões propostos que definirá o Conselho de Manejo Aqüícola parecem estar baseados em grande medida no apoio a insustentáveis sistemas de produção aqüícola de capacidade aberta, seja para camarões, salmão ou outras espécies de peixes e não em enfoques de produção fechados mais sustentáveis, indicando que o processo do ASC proposto aponta para uma direção inapropriada e ambientalmente perigosa.

Exigimos que o WWF detenha essa iniciativa de formar o ASC e imediatamente inicie diálogos reais e significativos com as comunidades atingidas, não apenas com a indústria e umas poucas ONGs e acadêmicos. Ainda há grande necessidade de standards sociais estritos e baseados nos direitos, não apenas ajustes ambientais e técnicos iniciados em nível do cultivo aqüícola. Esse componente vital dos diálogos com as comunidades locais e os povos indígenas ainda está faltando e suas vozes ainda não são ouvidas dentro desses círculos de elite que agora estão tentando formar o ASC. Os que subscrevem agora se unem para afirmar fortemente sua oposição ao processo do ASC:

(Seguem assinaturas e carta em inglês:

<http://www.wrm.org.uy/deforestation/mangroves/aquaculturecertification.pdf>)

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Austrália: preocupação pelas plantações varrida para debaixo do tapete pelo movimento ambiental

A Austrália, como todos os países coloniais se baseou no roubo das terras dos povos indígenas. No entanto, na Austrália, as autoridades levaram o roubo além disso, declarando que o continente era ‘Terra Nullius’, significando terra vazia ou terra que não pertencia a ninguém. O Terra Nullius não garantia direitos para os povos indígenas, já que, como poderiam ter direitos se legalmente não existiam?

Nas porções do sul da Austrália, isso significou que os sobreviventes indígenas das massacres e doenças foram encerrados em missões e 'removidos da vista da maioria dos brancos'. Com o deslocamento da população indígena de seus países, os europeus instalaram-se e tentaram 'europeizar' a terra, na maioria dos casos com resultados desastrosos.

O vasto desmatamento da terra aconteceu tanto para a expansão agrícola quanto para a atividade florestal. Uma descrição indígena do extermínio ambiental que resultou o descrevia como 'uma praga de gafanhotos descendendo sobre a terra e devorando tudo à vista'.

Em finais da década de 60 e o começo da década de 70, as operações de exportação de lascas de madeira aumentaram a taxa de destruição das florestas nativas. 40-50% da madeira das florestas nativas produzida na Austrália foi exportada para o Japão como lascas de madeira. Para a década de 90, esse número tinha aumentado para 80%.

Também na década de 60, os esforços para financiar uma expansão da base de plantações da Austrália ocorreram e resultaram no desmatamento de grandes áreas de florestas nativas. Os conservacionistas se opuseram ao estabelecimento dessas plantações, bem como à derruba de grandes áreas de florestas nativas.

Essencialmente, o movimento de conservação na Austrália foi dominado por grupos que queriam proteger a biodiversidade natural das florestas da nação.

No entanto, em 1989, o Royal Melbourne Institute of Technology (Instituto Real de Tecnologia de Melbourne) publicou um trabalho chamado "No Need for Conflict" (O conflito é desnecessário). O trabalho foi escrito por Judy Clark (uma economista de recursos e antiga burocrata do governo) e Margaret Blakers (uma ativista das florestas). O trabalho começou a promover a visão de que com uma crescente base de plantações era possível que Austrália detivesse totalmente a derruba de florestas nativas, provindo todas as necessidades de madeira serrada do país de plantações de madeira branca e pasta de plantações de madeira branca e madeira dura. As plantações estabelecidas na década de 60 estavam listas para ser cortadas, o que significava que um grande volume de madeira de plantações estava disponível.

O primeiro grupo que apoiou publicamente essa posição foi The Wilderness Society em 1991, que incentivou os consumidores de madeira a ser 'éticos', comprando apenas madeira de plantações. Em julho de 1995, Conselhos de Conservação do Estado e do Território da Austrália encarregaram o relatório "Australia's Plantations" (Plantações da Austrália) por Judy Clark. Esse relatório reuniu informação do país inteiro, de novo com a agenda de agilizar a transição de florestas nativas para plantações. Em 1996, a Australian Conservation Foundation, também apoiou uma política de não cortar as florestas nativas. O partido Ecologista também foi ativo no apoio às plantações.

Os grupos em favor das plantações quase não mencionaram os óbvios problemas das plantações, como por exemplo uso de pesticidas e o consumo de água ou (não é de estranhar) os direitos indígenas à terra. Antigamente, os grupos ambientais

tinham criticado a atividade florestal industrial em todas suas formas e aspectos. A crítica às plantações da metade da década de 90 viria agora somente de uma pequena minoria do movimento e de comunidades atingidas pelas plantações.

Para 1996, grupos de ONG ambientais como Amigos da Terra que questionavam a sustentabilidade das plantações começaram a estar cada vez mais pressionados para apoiar a posição de não cortar as florestas nativas e um desentendimento se desenvolveu no movimento das plantações, com pessoas que criticavam as plantações deixadas à parte ou completamente ignoradas. A política de plantações somente não podia ser apoiada por Amigos da Terra porque apenas dois anos antes, ativistas de Amigos da Terra na Tasmânia tinham sido envenenados com Atrazina escoada de uma plantação de eucaliptos em Lorinna. Como poderia Amigos da Terra apoiar uma política de plantações que envenenava fontes de água domésticas!"

As críticas incluíram qualquer corte de florestas nativas com qualquer fim. O florestamento de restabelecimento, a atividade madeireira ecológica, a coleta de lenha, etc., foram todas tratadas com suspeita. Essencialmente, a maioria do movimento ambiental australiano tinha sido em 1996 voluntariamente capturado pela ideologia 'somente plantações; não ao corte de florestas nativas'.

Em 1997, o Governo Estadual e Federal anunciaram a Visão 2020, que essencialmente visualizava uma triplicação da base de plantações da Austrália para o ano de 2020. De um milhão de hectares para três milhões de hectares. A crítica da Visão (um dos maiores apropriações de terra pelas corporações da Austrália) pelas ONG ambientais foi quase inexistente. Como poderia um movimento que apoiava quase totalmente as plantações surgir e criticar um plano para triplicar seu tamanho? Que gratificação para as companhias de plantação!

Da mesma forma, com planos para agilizar o ritmo do desenvolvimento das plantações em sentido internacional, como poderiam ONG ambientais australianas criticar totalmente o desenvolvimento das plantações em outros países quando apoiavam um desenvolvimento similar em seu próprio país?

Com o Conselho de Manejo Florestal ingressando na Austrália em 2002, a nascente Câmara Ambiental não podia chegar a um acordo sobre a certificação nas florestas nativas e desde a época a certificação tem ocorrido apenas em plantações sob standards provisórios.

Em resumo, a promoção das plantações na Austrália por ONG ambientais tem surgido em decorrência da ampla destruição das florestas nativas e tentativas desesperadas de proteger o que resta dos trituradores de madeira. No entanto, em sua pressa para promover as plantações, uma série de preocupações ecológicas e sociais com as plantações tem sido totalmente "varridas para debaixo do tapete" pelo movimento ambiental. Isso tem deixado a luta contra as plantações na Austrália para comunidades sem recursos e um escasso grupo de ambientalistas espalhados, no qual me incluo.

Anthony Amis, Friends of the Earth (Amigos da Terra) Melbourne, email:
anthonyamis@hotmail.com

Mais informação disponível sobre o assunto em:

www.hancock.forests.org.au

<http://www.baddevelopers.green.net.au/Docs/bluegumswesternvic.htm>

<http://www.baddevelopers.green.net.au/Docs/talltreespot.htm>

[início](#)

- Camboja: indígenas enfrentam um império da borracha

Na afastada província cambojana de Mondulkiri, os povoadores de Busra sentem que seu futuro é frágil e incerto, já que o governo cambojano tem decidido outorgar uma concessão econômica para um projeto de plantação de seringueiras em suas terras ancestrais. Alguns deles têm vendido suas terras pensando que o dinheiro era a única coisa confiável que poderiam obter depois de meses e meses de provocação e receio. Seu receio se voltou contra a Khaou Chuly Development (KCD), o acionista cambojano denunciado por seus brutais métodos, e mais recentemente contra sua sócia na joint venture entre a Khaou Chuly e a Socfinal, uma subsidiária do Grupo Bolloré, agora chave nas plantações de seringueiras na África.

Em dezembro de 2008, a tensão era tão grande, bem como sua necessidade de ser ouvidos, que centenas de povoadores étnicos Bunong da comuna de Busra protestaram contra a companhia Khaou Chuly, talvez a maior companhia de construção e engenharia no Camboja, que tinha começado a desmatar a floresta e os campos próximos a sua aldeia. O protesto virou violento, já que os povoadores incendiaram e destruíram veículos pertencentes à companhia. As pessoas estavam zangadas porque o desmatamento de terras pela companhia transtornava suas atividades agrícolas, já que granjas e cultivos familiares tinham sido destruídos para deixar o caminho livre para o viveiro de seringueiras. A terra, de 2.700 hectares, foi outorgada à joint venture Socfin KCD pelo governo em finais de 2007.

De acordo com os povoadores, a companhia lhes oferecia três opções: reassentar as famílias em outras terras agrícolas do mesmo tamanho; pagar uma compensação às famílias que aceitassem deixar suas terras; deixá-las permanecer em suas terras para produzir borracha, obtendo uma porção dos lucros da companhia. Mas nesse momento, essas soluções não pareceram justas aos povoadores, que simplesmente pediram que suas terras lhes fossem retornadas. (Cambodia Daily, 22 de dezembro de 2008).

Poucos dias depois do protesto, organizou-se uma reunião na prefeitura da comuna de Busra, à que assistiram povoadores, representantes da companhia, autoridades da comuna, do distrito e da província, vereadores da comuna, chefes dos povoados e trabalhadores de ONG.

Na reunião, 1030 famílias de sete povoados –a maioria delas Bunong- declararam que a terra lhes pertencia, porque tinham estado usando a terra para suas atividades de cultivo rotacional por décadas, e que elas têm a propriedade legal de acordo com a Lei de Terras, que protege os direitos indígenas de propriedade comum. A reunião fracassou, já que os povoadores acusaram as autoridades de parcialidade em favor

da companhia. De acordo com as autoridades, os povoadores iriam beneficiar-se com a companhia, obtendo novos trabalhos, hospitais, escolas e terras para os trabalhadores da borracha. Mas os povoadores não concordaram com isso e alegaram que se alguém quisesse melhorar os padrões de vida das pessoas, deveria vir e discuti-lo com as pessoas primeiro, não apenas enviar equipamento e começar a desmatar terras. (Cambodia Daily, 24 de dezembro de 2008). A companhia representada durante a reunião não era apenas a Khaou Chuly mas uma nova entidade, a Socfin KCD, que não foi mencionada pela mídia nacional. Somente em 8 de abril de 2008 foi anunciado pelo jornal Phnom Penh Post que um acordo conjunto sobre borracha tinha sido assinado entre a Socfina da França e o Grupo Khaou Chuly para criar 10.000 hectares de plantações de seringueiras e instalações de processamento em Monduliri". O Presidente da Khaou Chuly declarou que "sua companhia estava fornecendo 30% do capital total, enquanto o remanescente 70 por cento ia ser fornecido pela companhia francesa."

De fato, o nome da Socfina parece estar errado, já que todos os envolvidos falam em Socfin. De acordo com nossa pesquisa, esta companhia está baseada no Camboja e é gerida por Philippe Monnin, um experto francês em plantação de seringueiras, que trabalhou vários anos como consultor para o Ministério da Agricultura cambojano em projetos de plantações de seringueiras em nível familiar na província de Kompong Cham.

No site na web (www.socfinal.lu) aparece que a Socfin KCD é 60% propriedade da Socfinasia, da qual a Socfinal, uma sociedade holding baseada em Luxemburgo, possui 53%. A Socfinal é um grupo misto, que está controlado por famílias belgas, entre elas os Fabri, e da qual um grupo financeiro e do agronegócio francês, liderado pela Bolloré, possui 38%. Perguntado sobre os principais acionistas da Socfin no Camboja, uma fonte deu os nomes do francês Vincent Bolloré, e o belga Hubert Fabri. Dois nomes que voltam uma e outra vez nesta galáxia. Portanto, a Socfin KCD é uma desta constelação de companhias envolvidas nas plantações de seringueiras na Costa do Marfim, Nigéria, Congo (RDC), Quênia, Camarões, Libéria e Indonésia e... Camboja. Um artigo recente do jornal francês *Le Monde diplomatique* nos informa sobre as atividades na África do grupo Bolloré (Port, rail, plantations: le triste bilan de Bolloré au Cameroun, www.monde-diplomatique.fr Abril de 2009).

A Socfin KCD é também uma dessas companhias subsidiárias de companhias fundadas com posse cruzada, um sistema que permite aos acionistas, sempre o mesmo pequeno grupo de pessoas, obter os máximos lucros e pagar impostos mínimos. Logicamente estão localizadas em paraísos fiscais onde os lucros desaparecem. Uma pesquisa muito interessante escrita por um jornalista francês, Martine Orange, tem sido publicada em fevereiro 2009, pelo jornal digital Mediapart (a pesquisa está disponível no endereço: www.mediapart.fr/files/Bolloré_iliad.pdf).

Deste opaco mundo das finanças, as pessoas de Busra não tem idéia. Elas não podem imaginar os lucros de uma plantação de seringueiras no longo prazo; suas terras são compradas entre 200 e 300 \$ por hectare (essa é a gama de preços dada por vigias em Busra, e é bem baixa em comparação com a média de preço). Agora a tensão tem caído, e tem deixado divisão, desilusão e receio: algumas pessoas estão desesperançadas, enquanto outras têm confiança no brilhante futuro que a companhia

lhes mostra. A Socfin KCD não poupa esforços: convidaram VIP locais para uma refeição regada com abundante cerveja e ofereceram um grande show aos povoadores durante as festividades, que incluíram os mais famosos humoristas da cena cambojana, mulheres sexy e bonitos fogos de artifício.

Recentemente, a Agence française de développement (Agência Francesa de Desenvolvimento) tem visitado o lugar, e poderia estar interessada em apoiar plantações familiares de seringueiras ao redor da concessão da Socfin KCD e vai pedir uma avaliação social, econômica e ambiental do projeto da concessão. Nenhuma dessas avaliações tem sido realizada antes de outorgar a concessão.

Os povoadores ainda se queixam, querem fazer parte do desenvolvimento e não querem que outros escolham por eles. Querem ser considerados e querem que sua cultura seja valorizada e respeitada. A Socfin KCD continua trabalhando, especialmente em comunicação e relações públicas. Outros atores, governo, autoridades, organizações internacionais, permanecem silenciosas. Deixarão os povoadores que os convençam ou resistirão? E quem vai apoiá-los em sua luta?

[início](#)

- Chile: oposição a subsídios governamentais para expansão de monoculturas de árvores

Devido à crise econômica mundial desencadeada no final do ano passado a presidente Bachelet anunciou a aplicação de uma série de providências para fomentar o emprego e a reativação econômica. Entre elas, surpreende deparar-se com uma referida ao incremento transitório dos benefícios do Decreto- Lei 701 de subsídio às plantações florestais.

O Decreto-Lei 701 ou Lei de Fomento Florestal é o principal instrumento de um modelo florestal que tem contribuído a uma apropriação injusta e desproporcionada da terra, e que tem avançado substituindo a floresta nativa e ocupando solos agrícolas de boa qualidade.

Foi promulgado em 1974, em época da ditadura militar, que também favoreceu a ocupação de territórios do Povo Mapuche, monopolizando as terras em dois grandes grupos econômicos: o grupo familiar Matte (CMPC) e o grupo Angelini (Copec-Arauco-Celco). O subsídio implica uma bonificação de 75% dos custos líquidos de reflorestamento, concede isenções tributárias e garante a inexpropriabilidade.

Uns meses antes de fazer o anúncio, a presidente Bachelet tinha se reunido com altos executivos destas empresas para comprometer a entrega de 3 bilhões de pesos ao Consórcio Tecnológico Bioenercel formado por três grandes empresas florestais (Arauco, CMPC, Masisa), a Universidade de Concepción, a Pontifícia Universidade Católica de Valparaiso e a Fundação Chile, destinados à pesquisa da produção de biocombustíveis de segunda geração, isto é, combustíveis a partir de biomassa de pinheiros e eucaliptos, o que constitui um novo incentivo para aumentar a expansão das monoculturas.

A isso tudo, acrescenta-se o apoio e o compromisso do governo para obter a plantação de um milhão de hectares a mais em 10 anos. Quer dizer, a medida “anticrise florestal” reafirma o compromisso do governo com o setor, a pretexto de ser um setor altamente sensível às variáveis do mercado internacional, já que mais de 90% da produção de madeira e celulose é exportada. Essas ajudas estatais desconsideram as inúmeras demandas das comunidades que vivem ou sobrevivem nos milhares de hectares de monoculturas de pinheiros e eucaliptos, ou que sofrem a poluição da água em decorrência da indústria da celulose.

Alarmada por tal situação, a Agrupação de Engenheiros Florestais pela Floresta Nativa manifestou em declaração pública que o modelo florestal “dominado por transnacionais que em três décadas estabeleceram enormes extensões de monoculturas de espécies exóticas, acumulando a riqueza em poucas mãos e deslocando populações rurais” não é sustentável. Também expôs que o governo deve acabar com o subsídio às grandes empresas florestais, já que atentam contra o meio ambiente, os recursos hídricos além de provocar impactos sociais e culturais nas comunidades vizinhas. E foi exigido à presidente que detenha o crescimento das plantações florestais, alertando que o governo chileno não pode ser cúmplice desse desastre e que é urgente fortalecer as políticas de média e pequena agricultura, principal setor afetado pela mudança de uso do solo, bem como desenvolver um ordenamento territorial democrático (vide declaração na íntegra em [LINK](#)).

Por sua vez, 26 organizações mapuches, sociais e ambientais reuniram-se em Temuco, no encontro “Implicâncias das Plantações Florestais na Mudança Climática, a Desertificação e a Seca”, e emitiram uma declaração em que responsabilizam o modelo florestal chileno de incrementar a perda de solos agrícolas, de fazer diminuir e desaparecer as fontes de água subterrâneas e superficiais, substituir a floresta nativa, destruir a forma de vida e a cultura das comunidades. Em conclusão, as organizações manifestaram ao governo:

- *Rejeitamos o fato de estas decisões- que afetam muitos territórios e comunidades- serem tomadas de forma bilateral entre o governo e as grandes empresas florestais, excluindo as comunidades que vivem o flagelo da expansão das plantações.*
- *Exigimos que acabem os subsídios diretos e indiretos ao setor florestal com os recursos de todos os habitantes do Chile e que não são para favorecer a grupos econômicos específicos. É preciso acabar com a pilhagem por parte do Estado dos bens e recursos que são públicos e coletivos e que correspondem às soberanias populares.*
- *Exigimos suspender a medida de aumentar os recursos para o subsídio florestal, que seja derogado definitivamente o Decreto- Lei 701 e que os recursos sejam reorientados a apoiar a atividade agrícola camponesa e a recuperar os danos causados para promover e potenciar as economias locais e diversas.*

Vide declaração completa em

http://www.wrm.org.uy/paises/Chile/No_expansion_forestal.html.

É importante apontar que tal encontro- não convocado pelo governo mas pelo Observatório Latino-americano de Conflitos Ambientais- foi a única instância em que as comunidades afetadas tiveram a oportunidade de manifestar-se sobre o assunto. Além disso, constituíram uma articulação ampla para continuarem trabalhando na exigência de acabar com os subsídios governamentais às empresas florestais e deter definitivamente as monoculturas extensivas de pinheiros e eucaliptos.

Observatório Latino- americano de Conflitos Ambientais- OLCA, membro da RECOMA [início](#)

- China: plantações de eucaliptos – Da Finlândia, com conflito

As plantações de eucaliptos têm virado um assunto duro para os granjeiros chineses dos povoados do norte da cidade de Hepu, na província de Guangxi, no sul da China. Sua terra coletiva tem sido expropriada para deixar o caminho livre para as plantações de monoculturas de árvores.

Por trás do lance está a gigante do florestamento, a finlandesa-sueca Stora Enso, que planeja arrendar 180.000 hectares de terras por meio século para plantar eucaliptos que alimentarão a fábrica de celulose da companhia perto da cidade de Beihai.

De acordo com um relatório de Petteri Tuohinen da publicação finlandesa *Helsingin Sanomat*, “A Stora Enso é uma de aproximadamente 260 companhias finlandesas, que está procurando lucros do crescente mercado chinês. As operações estrangeiras são vitais para a Stora Enso. Quando a companhia apresentou seus resultados trimestrais na quinta-feira, o CEO Jouko Karvinen disse que consideráveis lucros no exterior ajudavam a cobrir as perdas na Finlândia.” (1)

No entanto, o negócio tem implicado muito conflito. Na China, toda a terra pertence ao estado ou a comunidades rurais, e a Stora Enso deve arrendar a terra, já que não pode ser de sua propriedade. Portanto, depois de ter os funcionários de seu lado, são eles os que obtêm a terra para as plantações de eucaliptos –e as autoridades locais têm concordado para promover as plantações de árvores industriais. Portanto, eles têm tentado confiscar a terra usada pelos povoadores para entregá-la à Stora Enso. No entanto, não sem resistência.

Em virtude da vagueza da propriedade da terra na China, às vezes não fica claro quem tem o direito de usar a terra. Muitos povoadores não acreditavam nas promessas de prosperidade do chamado “projeto florestal” na área de Hepu. Para aqueles que perderam sua terra, a compensação era de aproximadamente EUR 50 por ano por hectare pela terra expropriada. Isso não faz sentido para pessoas que se têm ganhado a vida cultivando feijão, milho, frutas ou bambus para fazer cestos e outros artigos. Esses meios de vida desapareceram com a terra. Agora a área está cheia de mudas de eucaliptos.

Todo isso tem levado a um crescente conflito dos povoadores, cuja oposição às

plantações da Stora Enso se tem confrontado com dura violência pelos oficiais locais. As disputas sobre terras chegaram a um pico em 2004 e várias pessoas foram feridas. Como último recurso, os povoadores nas disputas de terras têm recorrido agora à apelação como último recurso, apesar de que com pouca esperança: “Não temos nenhuma outra opção que apelar. No entanto, não faz sentido esperar resultados da apelação. A Stora Enso está desapropriando os granjeiros aqui”, diz um ativista do povoado citado pelo *Helsingin Sanomat*.

Até o advogado Yang Zaixin que defende os direitos dos povoadores foi assaltado e espancado por um grupo de homens, no que parece ser uma intimidação para seu trabalho. Yang foi citado dizendo que ele não tem certeza se a Stora Enso sabia do espancamento: “Eles não tem que virar diretamente envolvidos neste tipo de coisa. A Stora Enso simplesmente pressiona os funcionários locais para assegurar-se que a companhia vai obter a terra que precisa para cultivar suas árvores de eucaliptos.” No entanto, a companhia conhecia o advogado e sua defesa dos povoadores, já que ele se encontrou com o gerente de campo da Stora Enso e o advogado da companhia.

As disputas sobre a terra não são novas para a Stora Enso. O próprio Chefe de Sustentabilidade da companhia, Eija Pitkänen, o reconhece: “O uso e a propriedade da terra são assuntos importantes. É por isso que sempre vai haver conflitos. Eles não podem ser prevenidos”.

Amigos da Terra Finlândia tem denunciado a falta de participação real dos residentes locais nas avaliações do impacto dos projetos de companhias florestais: “Por exemplo, no Brasil, a Stora Enso trabalha apenas com as organizações que adotam uma posição conciliatória e que com certeza cooperarão. Na China, os negócios e as organizações profissionais estão às vezes tão pressionadas que não se animam a apresentar quaisquer aspectos negativos”, diz Noora Ojala, Vice-presidente de Amigos da Terra Finlândia. (2)

O investimento estrangeiro no exterior pode resolver perdas na sede, mas com certeza também expande para o exterior conflitos e violência que recaem sobre os mais débeis.

(1) “Chinese farmers lose land to Stora Enso tree plantations”, <http://www.hs.fi/english/article/Chinese+farmers+lose+land+to+Stora+Enso+tree+plantations/1135245537698>

(2) “Finnish Prime Minister wants investigation into claims of violence linked with Stora Enso activities in China”, <http://www.hs.fi/english/article/Stora+Enso+to+investigate+land+use+dispute+over+tree+plantations+in+China/1135245533336>

[início](#)

- Costa Rica: aumenta a subvenção do estado às plantações de monoculturas

No ano 2003 já dizíamos (revista Ambientico (número 123, dezembro 2003, www.una.ac.cr/ambi/Ambien-Tico/123/) que “Chamar reflorestamento ao estabelecimento de uma monocultura de árvores tem outorgado historicamente a esse tipo de atividade todos os atributos positivos que a humanidade justamente outorga a

uma floresta, o que está muito longe da realidade.” Acrescentávamos que “em geral, nas plantações de árvores se cultiva uma ou, no máximo, umas poucas espécies, sempre com indivíduos de uma mesma idade e nunca atingindo o grau de biodiversidade nem a complexidade de inter-relações que apresenta uma floresta.” Por sua vez, Edwin Alpizar apontava que “As plantações, em comparação com as florestas, contribuem pouco com o ambiente” e mencionava seus impactos quanto à perda de biodiversidade e afetação da regulação do regime hídrico.

Apesar disso e apesar de que as plantações de monoculturas não foram capazes de autofinanciar-se, na Costa Rica o estado as tem subvencionado e continua fazendo-o de forma sorrateira, direta e indiretamente, sob o eufemismo de “pagamento por serviços ambientais”. Entre 2006 e 2007, o montante com o que se subvencionava o estabelecimento de plantações de monoculturas de árvores aumentou de \$500 /hectare para \$810 /hectare.

A justificação nesse momento para esse aumento se baseou no fato de que os montantes seriam distribuídos ao longo de um prazo que aumentava por sua vez de cinco para dez anos para garantir o crescimento no longo prazo das plantações.

No entanto, em 2008, sem qualquer explicação, o prazo de distribuição desses fundos se reduziu de novo para cinco anos. Este ano (2009) o setor madeireiro, apoiado por um de seus líderes históricos, o atual Ministro do Ambiente, Jorge Rodríguez, se atribuiu um outro aumento substancial. Conforme o Decreto executivo Nº 35159-MINAET, de abril do presente ano, o montante da subvenção às monoculturas de árvores aumenta de novo, sem qualquer explicação, de \$810 para \$960/ha, isto é, um aumento de 20%.

Isso constitui, por sua vez, uma subvenção indireta para uma das grandes exportadoras de frutas –abacaxi e banana- já que mais de 80% da madeira de plantações de árvores é utilizada atualmente para a fabricação de paletes empregados na exportação das frutas. O governo financia a produção de madeira para que as empresas, que obtêm fartos lucros a partir da exportação de frutas, tenham madeira barata para seus paletes.

As monoculturas de abacaxi e banana têm tido fortes impactos, amplamente documentados nas notícias regulares dos últimos anos: centenas de trabalhadores esterilizados e envenenados, aquedutos rurais poluídos, erosão e desmatamento.

Atualmente há mais de 26 empresas produtoras de abacaxi investigadas por prejuízos ambientais, conforme surge de um relatório realizado em março deste ano de 2009 na comunidade de Milano, província de Limón (1). O relatório também denuncia o processo de desmatamento para a expansão da monocultura do abacaxi, produzindo a desaparecimento de espécies que estão protegidas –como o cedro, andiroba, pracaxi- e o corte seletivo de outras, como o louro, para evitar que “poluam” os abacaxis de exportação, que na Europa seriam rejeitados por razões de normas sanitárias ou fitossanitárias.

Sobre o corte de florestas, um dos comuneiros entrevistados disse: “Eu fui guarda de segurança da empresa e vi todo o que fazia com a florestas. Antes estava todo

coberto por uma espessa coberta florestal. A empresa se dedicou a cortar as árvores à noite, que eram de muito boa madeira, e as enterravam porque estava proibido pelo governo cortá-las”. E acrescentou: “A empresa nos tem deixado sem nada. Também as aves e outros animais têm ido embora com a desapareição das florestas”.

É triste também que todo esse esquema se promove através da campanha publicitária “¡A que sembrás un árbol!” (Anime-se a plantar uma árvore), que, entre outras coisas, contabiliza as árvores de grandes corporações, muitas das que se cortarão aos 8 anos para fazer paletes. No ano passado, aproximadamente 80% das árvores reportadas por essa campanha foram espécies exóticas, plantadas em grandes monoculturas subvencionadas pelo governo.

O país precisa madeira, é verdade, mas precisa também florestas para enfrentar a mudança climática. Existem várias propostas para produzir madeira de forma socialmente justa e ambientalmente sã e para ver algumas dessas opções, os convidamos a visitar o site www.coecoceiba.org.

(1) “Informe de la misión de verificación sobre los impactos de los monocultivos de piña” (Relatório da missão de verificação sobre os impactos das monoculturas do abacaxi), Comunidade de Milano, província de Limón, Costa Rica, 29 de março de 2009. O relatório completo pode ser lido em http://www.wrm.org.uy/paises/CostaRica/Informe_monocultivo_pina.pdf

Por Javier Baltodano, COECOCEIBA-Amigos de la Tierra, Costa Rica, e-mail: licania@racsa.co.cr

[início](#)

- Guatemala: impactos ecológicos e sociais das plantações de dendezeiros

Comparado com outras latitudes, a Guatemala é um país relativamente pequeno mas com uma grande riqueza em biodiversidade. O país está na região mesoamericana, centro de origem de espécies como o milho, feijão e vários tipos de abóboras, entre outras.

O fato de estar localizado entre dois grandes oceanos, com uma diferença de altitude desde o nível do mar até os 4.220 metros de altura no cume do vulcão Tajumulco e sua condição de grande ponte continental tem gerado muita riqueza biológica que se manifesta em uma grande variedade de ecossistemas e espécies animais e vegetais, muitas delas usadas pelas comunidades locais para sua subsistência.

Grande parte dessa riqueza natural tem se perdido em ritmo acelerado devido a uma mudança no uso dos solos e ao mau manejo do território influenciado por interesses econômicos e políticos. O modelo agroindustrial manifestado em plantações e monoculturas de produtos não voltados para a alimentação da população e sim para a exportação deixou seu sinal na natureza e nas comunidades humanas, ocasionando graves impactos ecológicos e sociais.

O modelo de agro- exportação e monoculturas em grande escala, que há alguns anos

se concentrava principalmente na região do litoral sul, trasladou-se para os departamentos do norte do país, onde além da cana-de-açúcar estão as plantações de dendezeiros. A expansão desenvolvida pelas empresas dendeicultoras ocorre em um contexto de despejos e compras forçadas da terra a comunidades empobrecidas que devem migrar a outros locais.

As áreas mais afetadas pelas monoculturas de dendezeiros são: a região de Izabal, especificamente nas proximidades do Refúgio de Vida Silvestre Bocas del Polochic, que, aliás, é um sítio Ramsar, e na região de La Franja Transversal del Norte, no Ixcán e ao sul de Petén.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, no ano 2003, havia 49 estabelecimentos dedicados à produção de dendezeiros em uma superfície total de 31.185 hectares e com uma produção de mais de 320 mil toneladas é destinada fundamentalmente à elaboração de óleos essenciais e gorduras para a indústria de alimentos e de sabões.

A enquete agropecuária de 2007 apontou que o número de estabelecimentos destinados a esse produto tinha aumentado a 1049 nesse ano, e a superfície plantada com dendezeiro tinha se estendido a 65.340 hectares; o que significa que a plantação tinha dobrado de tamanho nos últimos 4 anos. Os cálculos contidos no relatório da Action Aid, realizados em junho de 2008, mostram um total estimado de 83.385 hectares plantados ou prestes a ser plantados com dendezeiros e destinados à produção de biodiesel.

Apesar das violações dos direitos humanos e dos danos ecológicos ocasionados pelas plantações de dendezeiros, a questão na Guatemala ainda não chegou ao espaço e ao debate público nacional. Atualmente, os impactos incluem perda de terras para a agricultura, compras forçadas de terras, deslocamentos e migrações forçadas que abrangem até as áreas protegidas. Em alguns casos, as comunidades são apontadas como “invasoras” e como destruidoras do patrimônio natural, mas nunca são mencionadas as causas nem a origem desses fatos. A isso acrescenta-se o uso abusivo das fontes de água, a concorrência pela água entre as vastas extensões de dendezeiros e cana-de-açúcar e as comunidades rurais.

Em muitos lugares, para produzirem óleos e açúcar já foram destruídas florestas e ecossistemas naturais que são transformados em monoculturas e que assim acarretam um forte impacto na natureza, a conectividade dos ecossistemas e as pessoas.

Com as atividades agroindustriais e as plantações nosso país perde muito mais do que biodiversidade, perde a possibilidade de oferecer condições de vida mais justas e dignas para as gerações atuais e futuras.

Por Carlos Salvatierra, SAVIA / Guatemala, correio eletrônico: salvatierraleal@gmail.com, com informação citada e contida no documento “Las Plantaciones para Agrocombustibles y la pérdida de tierras para la producción de alimentos en Guatemala”, da Action Aid

[início](#)

- Novo vídeo em linha sobre plantações madeireiras na África do Sul

A organização sul-africana GeaSphere tem produzido o vídeo em linha “*Earth Matters*” (A Terra importa) que pode ser visualizado (em duas partes) em http://www.wrm.org.uy/Videos/Earth_Matters.html

Neste vídeo, Philip Owen de GeaSphere descreve as conseqüências sociais e ambientais das plantações madeireiras de rápida rotação e alto impacto na África do Sul. As explicações de Philip, junto com outros depoimentos e impressionantes imagens de monoculturas de árvores exóticas –bem como pradarias naturais e ecossistemas de florestas- providenciam um claro panorama do desastre que essas plantações têm implicado para os povos locais e o meio ambiente nativo. O vídeo descreve o esgotamento da água, a perda de biodiversidade e a erosão do solo causadas pelas plantações, bem como sua incapacidade de fornecer oportunidades de emprego para as populações locais. Philip salienta que –apesar desses impactos- 80% dessas plantações estão certificadas pelo FSC como “florestas manejadas responsavelmente”, fazendo assim com que o selo do FSC não tenha qualquer sentido.

O vídeo também explica que a maioria dessas plantações estão destinadas à exportação de pasta para alimentar o excessivo consumo de papel e produtos de papel em países do Norte. Isso significa a instalação das fábricas de pasta para transformar a madeira das plantações em pasta para exportação e a poluição decorrente dessas fábricas de pasta que afetam o meio ambiente local.

Animamos vocês a ver e compartilhar este excelente vídeo, principalmente com pessoas que ainda não conhecem os impactos das monoculturas de árvores industriais.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

